

Com expansão recorde, o Assaí segue crescendo e cada vez mais perto de você.

60 lojas inauguradas em 2022, encerrando o ano com **263 lojas** em operação.

16 mil postos de trabalho criados, consolidando-se como um dos seis maiores empregadores privados do País.

Faturamento de **R\$ 59,7 bilhões** com um crescimento de **31%** em comparação a 2021.

Confira nossos resultados financeiros de 2022:



IBOVESPA B3 IAGRO-FSSB3 IBRA B3 IBRX100 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 ITAG B3 MLCX B3 ISE B3 ICO2 B3 IGPTWB3



SENDAS DISTRIBUIDORA S/A: 06.057.223/0001-71

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2022 foi um ano histórico para o Assaí, com recordes de faturamento, ganhos de *market share* em regiões importantes e patamares de rentabilidade acima das expectativas, mesmo diante dos desafios impostos pelo cenário macroeconômico.

Com investimento de R\$4,5 bilhões em 2022, o maior patamar da nossa história, abrimos 60 novas lojas, sendo 13 orgânicas e 47 conversões dos pontos comerciais de hipermercado, superando o *guidance* inicial de 52 novas lojas para o período. Consolidamos um novo recorde de expansão não apenas para o Assaí, mas para o setor nacional de varejo e atacado de alimentos. Encerramos o ano com 263 unidades em operação, distribuídas em 23 estados e no Distrito Federal, que totalizam uma área de vendas superior a 1,3 milhão de metros quadrados e representam uma expansão de 36% em relação a 2021. Além da expansão, os investimentos do período foram destinados ao aprimoramento da experiência de compra, com a melhoria do sortimento de produtos (como as Adegas), e a implantação de serviços (Empórios de frios e Açougues, por exemplo), nos permitindo conquistar novos clientes e gerar vendas incrementais.

Geramos 17 mil postos de trabalho, consolidando o Assaí como um dos seis maiores empregadores privados do País. Esse crescimento foi acompanhado também por avanços na agenda ESG: doamos cerca de 1.800 toneladas de frutas, legumes e vegetais a instituições parceiras do programa Destino Certo (+44% em relação a 2021) e aumentamos em 45% o número de pessoas negras em cargos de diretoria, mantendo o nosso compromisso em sermos uma empresa cada vez mais diversa e inclusiva.

Como resultado, a Companhia foi aprovada para integrar importantes índices de sustentabilidade do mercado: o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3); o Índice Carbono Eficiente (ICO2); o IGPWT B3, que reconhece empresas como um excelente lugar para se trabalhar; e o índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg. Ainda, avançamos nos temas de governança corporativa, com a aprovação da mudança do Estatuto Social, que estabeleceu limites para transações com partes relacionadas.

O consistente desempenho da expansão aliado a uma estratégia comercial bem-sucedida resultou em crescimento de 31% do faturamento, alcançando patamar próximo de R\$60 bilhões em 2022. A margem

EBITDA atingiu 7,2%, mesmo após inaugurarmos mais lojas que o inicialmente previsto, comprovando mais uma vez a eficiência da dinâmica comercial e gestão operacional do Assaí. O lucro líquido alcançou R\$1,2 bilhão, mesmo diante de um contexto de juros elevados e alto nível de investimentos.

A estratégia *phygital* continua em forte evolução, levando comodidade e mais conveniência aos(as) clientes através do fortalecimento das parcerias *last milers* e do app "Meu Assaí", que está em *rollout* pelo País. Para os próximos meses, entregaremos as conversões remanescentes e seguiremos com a expansão orgânica, abrindo 30 a 40 novas lojas em 2023. Na agenda de inovação, continuaremos aprimorando e investindo em iniciativas digitais e outras avenidas de crescimento.

Por fim, agradecemos mais uma vez aos(as) colaboradores(as), investidores(as), fornecedores(as) e demais *stakeholders* da Companhia pela confiança e dedicação ao longo de 2022, e seguimos firmes no propósito em oferecer experiências transformadoras aos(as) clientes Assaí.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais)				
ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.842	2.550	
Contas a receber	7	570	265	
Estoque	8	6.467	4.380	
Impostos a recuperar	9	1.055	876	
Instrumentos financeiros derivativos	15.11	27	4	
Dividendos a receber			16	
Outras contas a receber		52	59	
Outros ativos circulantes		71	72	
		14.084	8.222	
Ativos mantidos para venda	27	95	550	
Total do ativo circulante		14.179	8.772	
Não circulante				
Impostos a recuperar	9	927	770	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	6	45	
Instrumentos financeiros derivativos	15.11	155	28	
Partes relacionadas	10.1	252	114	
Depósitos judiciais	16.6	56	119	
Outros ativos não circulantes		9	10	
		1.405	1.086	
Investimentos	11	833	789	
Imobilizado	12.2	19.183	10.320	
Intangível	13	5.018	1.887	
		25.034	12.996	
Total do ativo não circulante		26.439	14.082	
TOTAL DO ATIVO		40.618	22.854	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)				
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	
Receita operacional líquida	21	54.520	41.898	
Custo das mercadorias vendidas	22	(45.557)	(34.753)	
Lucro bruto		8.963	7.145	
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	22	(4.379)	(3.334)	
Despesas gerais e administrativas	22	(787)	(588)	
Depreciações e amortizações	22	(919)	(638)	
Resultado de equivalência patrimonial	11	44	47	
Outras despesas operacionais, líquidas	23	(72)	(53)	
		(6.113)	(4.566)	
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido		2.850	2.579	
Receitas financeiras	24	394	188	
Despesas financeiras	24	(1.909)	(918)	
Resultado financeiro líquido		(1.515)	(730)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.335	1.849	
Imposto de renda e contribuição social	19.1	(115)	(239)	
Lucro líquido do exercício		1.220	1.610	
Lucro básico por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R\$)				
Ordinárias	25	0,905322	1,198020	
Lucro diluído por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R\$)				
Ordinárias	25	0,901589	1,188520	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais)				
	31/12/2022	31/12/2021		
Lucro líquido do exercício	1.220	1.610		
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado				
Valor justo de recebíveis	(2)	(1)		
IR sobre outros resultados abrangentes	1	—		
Resultado abrangente do exercício	1.219	1.609		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais)									
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2021	761	4	152	—	—	—	—	—	1.347
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	1.610	—	1.610	—
Valor justo de recebíveis	—	—	—	—	—	—	(1)	(1)	—
Resultado abrangente do exercício	—	—	—	—	—	1.610	(1)	1.609	—
Aumento de capital em espécie	27	—	—	—	—	—	—	27	—
Opções de ações outorgadas	—	—	—	—	—	—	—	14	—
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	—	(63)	—	(63)	—
Dividendos	—	—	—	—	—	(168)	—	(168)	—
Reserva de incentivos fiscais	—	—	—	—	709	(430)	—	(279)	—
Reserva legal	—	—	5	—	—	(5)	—	(5)	—
Reserva para retenção de lucros	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021	788	18	157	—	709	1.095	(1.095)	—	2.766
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	1.220	—	1.220	—
Valor justo de recebíveis	—	—	—	—	—	—	(2)	(2)	—
IR sobre outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	1	1	—
Resultado abrangente do exercício	—	—	—	—	—	1.220	(1)	1.219	—
Aumento de capital em espécie (nota nº 20.1)	11	—	—	—	—	—	—	11	—
Aumento de capital - Capitalização de reservas (nota nº 20.1)	464	—	—	—	(464)	—	—	—	—
Opções de ações outorgadas	—	—	—	—	—	—	—	18	—
Juros sobre capital próprio (nota nº 20.2)	—	—	—	—	—	(50)	—	(50)	—
Dividendos (nota nº 20.2)	—	—	—	—	—	(68)	—	(68)	—
Reserva de incentivos fiscais (nota nº 20.5)	—	—	—	—	—	(753)	—	(753)	—
Reserva de expansão (nota nº 20.4)	—	—	—	632	—	—	—	—	—
Reserva legal (nota nº 20.3)	—	—	23	—	—	(23)	—	(23)	—
Reserva para retenção de lucros	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.263	36	180	632	1.462	325	(2)	3.896	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais)				
	31/12/2022	31/12/2021		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.220	1.610		
Ajustes para reconciliação do lucro líquido do exercício				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40	(127)		
Perda (ganho) na alienação do imobilizado e de arrendamento	34	(12)		
Depreciações e amortizações	990	687		
Juros e variações monetárias	1.827	911		
Resultado de equivalência patrimonial	(44)	(47)		
Reversão para demandas judiciais	(7)	14		
Provisão de opção de compra de ações	418	302		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7	2		
	4.503	3.292		
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	(313)	(85)		
Estoque	(2.505)	(943)		
Impostos a recuperar	(336)	(12)		
Depósitos judiciais	63	15		
Outros ativos	9	(69)		
Fornecedores	3.175	884		
Salários e encargos sociais	159	54		
Partes relacionadas	196	391		
Demanda judiciais	(48)	(49)		
Impostos e contribuições a recolher	101	4		
Receitas a apropriar	68	128		
Dividendos recebidos	16	11		
Outros passivos	57	25		
Imposto de renda e contribuição social, pagos	—	(374)		
	641	(20)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.144	3.272		
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(3.524)	(2.231)		
Aquisição de bens do ativo intangível	(636)	(854)		
Aquisição de bens mantidos para venda	(250)	(403)		
Venda de bens do imobilizado	—	3		
Venda de bens do ativo mantido para venda	620	209		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.790)	(3.276)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital em espécie	11	27		
Captação de empréstimos e financiamentos	3.959	6.090		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(183)	(6.073)		
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(783)	(406)		
Dividendos e juros sobre o capital próprio, pagos	(168)	(148)		
Pagamento de passivo de arrendamento	(856)	(460)		
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(42)	(8)		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	1.938	(978)		
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.292	(982)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.550	3.532		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.842	2.550		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais)				
	31/12/2022	31/12/2021		
Recargas				
Vendas de mercadorias e serviços	59.575	45.585		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(7)	(2)		
Outras receitas, líquidas	231	159		
	59.799	45.742		
Insuamos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas	(49.983)	(38.017)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.920)	(2.222)		
	(52.903)	(40.239)		
Retenções	6.896	5.503		
Depreciação e amortização	(990)	(687)		
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	5.906	4.816		
Recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	44	47		
Receitas financeiras	413	198		
	457	245		
Valor adicionado total a distribuir	6.363	5.061		
Pessoal	2.970	2.189		
Remuneração direta	1.960	1.463		
Benefícios	755	518		
FGTS	155	115		
Outros	100	93		
Impostos, taxas e contribuições	211	333		
Federais	61	193		
Estaduais	59	86		
Municipais	91	54		
Remuneração de capitais de terceiros	1.962	929		
Juros	1.922	923		
Aluguéis	40	6		
Remuneração de capitais próprios	1.220	1.610		
Juros sobre capital próprio	50	63		
Dividendos	68	168		
Lucros retidos	1.102	1.379		
Valor adicionado total distribuído	6.363	5.061		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais)				
	31/12/2022	31/12/2021		
Recargas				
Vendas de mercadorias e serviços	59.575	45.585		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(7)	(2)		
Outras receitas, líquidas	231	159		
	59.799	45.742		
Insuamos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas	(49.983)	(38.017)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.920)	(2.222)		
	(52.903)	(40.239)		
Retenções	6.8			



SENDAS DISTRIBUIDORA S/A: 06.057.223/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)							
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortizações	Baixa	Transfê-rencia	Saldo em 31/12/2021	
15.3	Agio	618	-	-	-	618	
	Softwares	70	21	(14)	(1)	75	
	Fundo de comércio	310	833	(7)	-	1.136	
	Marcas	39	-	-	-	39	
	Subtotal	1.037	854	(21)	(1)	1.868	
15.4	Arrendamento - Direito de uso:	-	18	-	-	18	
	Bens e direitos	-	18	-	-	18	
	Subtotal	-	18	-	-	18	
	Total	1.037	872	(21)	(1)	1.887	
(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na coluna Adições, estão apresentados, substancialmente, os valores de aquisição dos 46 pontos comerciais das lojas Extra Hiper, no valor de R\$3.130, vide nota nº1.1.							
		31/12/2022		31/12/2021			
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
	Agio	871	(253)	618	871	(253)	618
	Softwares	151	(75)	76	133	(58)	75
	Fundo de comércio	4.299	(32)	4.267	1.160	(24)	1.136
	Marcas	39	-	39	39	-	39
	Arrendamento -	5.360	(360)	5.000	2.203	(335)	1.868
	Direito de uso:	-	-	-	-	-	-
	Bens e direitos	29	(11)	18	28	(9)	19
	Total do intangível	5.389	(371)	5.018	2.231	(344)	1.887
13.1	Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio						
O teste de recuperação (impairment test) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº12.1.							
A Companhia revisou o plano utilizado para avaliação do impairment para as suas operações. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela alta Administração para os próximos três anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2022. A taxa de desconto aplicada para a projeção de fluxo de caixa é de 12,20% em 31 de dezembro de 2022 (10,40% em 31 de dezembro de 2021), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,40% em 31 de dezembro de 2022 (6,60% em 31 de dezembro de 2021). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.							
13.2	Fundo de comércio						
Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.							
No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.							
Os fundos de comércio são testados seguindo as premissas descritas na nota nº12.1.1.							
O valor de fundo de comércio registrado em 2022 está relacionado, substancialmente, à aquisição das lojas do Extra Hiper. A Companhia utiliza para o teste de impairment uma única UGC com todas as lojas adquiridas, considerando o período de maturação das lojas (2 anos).							
13.3	Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa						
	Adições		31/12/2022	31/12/2021			
	Arrendamentos		3.157	872			
	Aquisição de intangível - Adições		-	(18)			
	Aquisição de intangível - Pagamentos		(3.130)	-			
	Total		609	-			
	Total		636	854			
14	FORNECEDORES E FORNECEDORES - CONVÊNIOS						
			Nota	31/12/2022	31/12/2021		
	Fornecedores		19.196	5.849			
	Fornecedores - Aquisição de imobilizado		140	197			
	Fornecedores de serviços		129	74			
	Fornecedores de serviços - Partes relacionadas	10.1	33	22			
	Acordos comerciais	14.2	(960)	(576)			
	Total Fornecedores		8.538	5.566			
	Fornecedores - Convênios						
	Fornecedores de produtos	14.1	813	573			
	Fornecedores - Aquisição de imobilizado	14.1	1.226	-			
	Fornecedores - Convênios - Aquisição lojas Extra	14.3	3.202	-			
	Total Fornecedores - Convênios		5.241	573			
	Total		13.779	6.139			
	Circulante		12.999	6.139			
	Não circulante		780	-			
14.1	Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos						
A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de títulos relacionados às operações mercantis entre as partes.							
A Administração avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores contratados. A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para mensuração e divulgação. Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos decorrentes não são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras) relacionadas.							
Referidos saldos são classificados como "fornecedores - convênios" e os pagamentos são feitos às instituições financeiras nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor. Como resultado, todo o fluxo de caixa advindo destas operações é apresentado como operacional na demonstração do fluxo de caixa.							
Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a pagar correlacionado a estas operações é de R\$2.039 (R\$573 em 31 de dezembro de 2021).							
14.2	Acordos comerciais						
Incluem acordos comerciais e descontos obtidos dos fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento das faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.							
14.3	Fornecedores - Convênios - Aquisição lojas Extra						
Conforme mencionado na nota nº1.1, em setembro e dezembro de 2022, o GPA realizou a cessão dos seus recebíveis na venda das lojas Extra para a Companhia com uma instituição financeira correspondente às parcelas a vencer entre 2023 e 2024. A Administração da Companhia, como anuente da operação, avaliou os termos contratuais da cessão dos recebíveis e de acordo com o CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis, concluiu que não houve modificação nas condições originalmente contratadas com o GPA, mantendo-se a característica dos termos, sendo que os pagamentos das parcelas serão realizados diretamente pela Companhia à instituição financeira, mantendo os mesmos vencimentos e juros anteriormente acordados com o GPA. Portanto, a Administração concluiu que foi mantida a característica da operação como um contas a pagar pela aquisição dos pontos comerciais das lojas Extra Hiper.							
Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é de R\$3.202 (não há valor registrado em 31 de dezembro de 2021).							
15	INSTUMENTOS FINANCEIROS						
15.1	Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros						
Conforme o CPC 48 / IFRS 9, o reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.							
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:							
• É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e							
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.							
Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:							
• É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e							
• Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.							
Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).							
Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.							
• Ativos financeiros mensurados ao VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.							
• Ativos financeiros ao custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. São reconhecidos no resultado os ganhos e perdas cambiais, a receita de juros e as perdas. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.							
• Ativos financeiros ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.							
Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual não parte. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR ou passivos financeiros ao custo amortizado.							
A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:							
• Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.							
• Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.							
15.2	Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros						
Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:							
• Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e							
• A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.							
Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.							
Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.							
As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.							
Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.							
15.6	Compensação de instrumentos financeiros						
Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.							
15.6.1	Instrumentos financeiros derivativos						
A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como swaps de taxas de juros e swaps de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.							
No início do relacionamento de hedge, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilização de hedge, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contra-tá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de hedge na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses hedges sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliadas permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.							
São registrados como hedges de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:							
• A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como hedge de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício; e							
• No cálculo de valor justo, as dívidas e os swaps são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é determinada através das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.							
A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.							
Perda no valor recuperável de ativos financeiros							
O modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.							
De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:							
• Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento.							
• Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.							
• Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.							
A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por meio de uma matriz de perda por tipo de cliente, considerando a perda por conta a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, aluguéis a receber e é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.							
Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.							
A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.							
A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:							
• É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, a não ser que ocorra um valor igual à realização da garantia (se houver alguma); ou							
• O ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.							
A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra parte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.							
O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.							
• Mensuração de perdas de crédito esperadas: Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).							
As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.							
• Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito: Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrer um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.							
• Apresentação da perda por redução ao valor recuperável: Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.							
As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas com vendas".							
• Contas a receber e ativos contratuais: A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.							
As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:							
• Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e							
• Status de inadimplência, risco de default e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.							
Instrumentos financeiros							
Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:							
		Nota	31/12/2022	31/12/2021			
Ativos financeiros							
	Custo amortizado		6	5.842	2.550		
	Caixa e equivalentes de caixa		10.1	252	114		
	Partes relacionadas - Ativo		-	198	169		
	Contas a receber e outras contas a receber		-	-	-		
	Valor justo por meio do resultado		-	-	-		
	Ganho de instrumentos financeiros a valor justo	15.1.1	182	32			
	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-		
	Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e tickets de vendas		424	155			
	Passivos financeiros						
	Outros passivos financeiros - custo amortizado						
	Partes relacionadas - Passivo	10.1	(261)	(368)			
	Fornecedores e Fornecedores - Convênios	14	(13.779)	(6.139)			
	Empréstimos e financiamentos	15.1.1	(1.217)	(1.210)			
	Debêntures e notas promissórias	15.12	(11.025)	(6.446)			
	Passivo de arrendamento	17.2	(8.260)	(4.051)			
	Valor justo por meio do resultado						
	Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	15.1.1	(313)	(341)			
	Perda de instrumentos financeiros a valor justo	15.1.1	(36)	(36)			
	Exposição líquida		(28.093)	(15.571)			
Transações							
Empréstimos e financiamentos							
Empréstimos e financiamentos (taxa pré-fixada)							
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)							
Debêntures e notas promissórias							
Eleito líquido (perda) total							
Equivalentes de caixa							
Exposição líquida passiva							
Mensuração de valor justo							
A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 48 / IFRS 13, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo.							
Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.							
Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.							
Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.							
As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.							
No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o "benchmarking" do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros métodos de avaliação.							
Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.							
A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:							
		Valor contábil	Valor justo				
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Nível	
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e tickets de vendas							
		424	155	424	155	2	
	Swaps de taxas de juros entre moedas	(36)	(11)	(36)	(11)	2	
	Swaps de taxas de juros	2	4	2	4	2	
	Swaps de taxas de juros - CRI	180	3	180	3	2	
	Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(313)	(341)	(313)	(341)	2	
	Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(12.242)	(7.656)	(12.096)	(7.372)	2	
	Total	(11.985)	(7.846)	(11.839)	(7.562)		
Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.							
Os swaps de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.							
O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela acima se aproximam do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota nº15.9.							
15.6	Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia						
15.6.1	Risco de crédito						
• Caixa e equivalentes de caixa							
A fim de minimizar o risco de crédito, são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizadas.							
• Contas a receber							
O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas a prazo serem realizadas por meio de cartões de crédito. Esses recebíveis podem ser antecipados a qualquer momento, sem direito de regresso, junto aos bancos ou administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro, gerando o desreconhecimento das contas a receber. Além disso, as principais adquirentes utilizadas pela Companhia são ligadas a instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado pela política de efetuar transações, dentro das políticas aprovadas, pelos órgãos de governança.							
Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.							
15.6.2	Risco de taxa de juros						
A Companhia obtém empréstimos e financiamentos com os principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (hedge de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.							
15.6.3	Risco da taxa de câmbio						
As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como swaps, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.							
15.6.4	Risco de gestão de capital						
O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital							



SENDAS DISTRIBUIDORA S/A: 06.057.223/0001-71

★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenório

Contador

CRC nº 1 SP 216175/O-7

Deloitte.

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 16/02/2023 17:05:46 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.